



**SEGURANÇA DO TRABALHO: FOMENTO DA EDUCAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL****WORK SAFETY: PROMOTING EDUCATION IN FEDERAL HIGHER EDUCATION
INSTITUTIONS IN BRAZIL**NETO, Ronildo Otávio de Oliveira¹**RESUMO**

A Segurança do trabalho é uma ciência voltada para a melhoria de condições laborais em um determinado ambiente organizacional. As universidades e institutos federais são autarquias vinculadas ao Ministério da Educação que apresentam como pilar a pesquisa, o ensino e a extensão. Nesse sentido, como entidades administrativas, as instituições de nível superior têm como objetivo a concretização de projetos capazes de promoverem a educação para a segurança do trabalho, o que inclui a conscientização sobre o tema para a comunidade acadêmica e para população em geral, assim como via de concretização de projetos de melhoria das condições de trabalho em seus mais diversos campos. A partir da reflexão de diferentes autores especialistas no tema, o entendimento sobre segurança e a concretização de medidas cabíveis nos ambientes de trabalho educacionais tornam-se possíveis e viáveis, inclusive com a participação de docentes, servidores técnico administrativos e discentes que, com o apoio de ações governamentais, desenvolvem projetos capazes de promover e incentivar a busca por melhores condições de trabalho, para os trabalhadores e empregadores, almejando-se sempre o bem comum.

Palavras-chave: Educação. Segurança do Trabalho. Instituições Federais de Ensino.

ABSTRACT

Occupational safety is a science aimed at improving working conditions in a given organizational environment. Federal universities and institutes are entities linked to the Ministry of Education whose pillars are research, teaching and extension. In this sense, as administrative entities, higher education institutions aim to implement projects capable of promoting education for occupational safety, which includes raising awareness on the topic for the academic community and the population in general, as well as way of implementing projects to improve working conditions in its most diverse

¹Graduado em Engenharia de Petróleo pela Universidade Federal de Campina Grande. Especialização em Engenharia de Segurança pela Faculdade Souza. Assistente em Administração da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: ronildoneto27@gmail.com

fields. Based on the reflection of different authors specializing in the subject, the understanding of safety and the implementation of appropriate measures in educational work environments become possible and viable, including with the participation of teachers, technical administrative staff and students who, with the support government actions, develop projects capable of promoting and encouraging the search for better working conditions, for workers and employers, always aiming for the common good.

Keywords: Education. Workplace safety. Federal Educational Institutions.

1. INTRODUÇÃO

Acidentes e doenças são eventos recorrentes em ambientes de trabalho. Em 2022, O Brasil registrou cerca de 612 mil acidentes de trabalho e mais de 2.500 mortes de acordo com o levantamento do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho. Diante dessa situação, políticas educacionais relacionadas à educação para a Engenharia de Segurança ganharam espaço em meio ao cenário preocupante a que trabalhadores estão submetidos.

Dentre os ambientes em que se observam acidentes de trabalho estão as Universidades e Institutos Federais do Brasil. Essas instituições de ensino, que são ao mesmo tempo ambientes de pesquisa e locais de acidente, caracterizam-se por exporem toda a comunidade acadêmica a riscos dos mais diversos tipos: físico, químico, mecânico e biológico.

Considerando essa realidade dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e das Universidade Federais de Ensino Superior (UFES), os membros da comunidade acadêmica (docentes, técnicos administrativos e discentes) desenvolvem projetos com o objetivo de entenderem o que leva ao contínuo aumento de casos de acidentes de trabalhos em IFES e UFES em nosso país. Dentre os ambientes de maior estudo de caso, apontam-se, principalmente, os laboratórios de pesquisa. Os riscos associados a esses ambientes são variados e compõem um alto nível de exposição que pode impactar o cotidiano dos trabalhadores.

Constantemente, observa-se que, apesar de os acidentes de trabalho se tornarem uma realidade cada vez mais próxima e alarmante no dia a dia dos servidores e discentes de instituições de nível superior no Brasil, os projetos de

conscientização sobre as práticas de segurança ainda não abarcam boa parte da comunidade que desconhece os normativos, as orientações e as diretrizes que norteiam atos e condições de segurança.

Em face da realidade crítica que permite a ocorrência de acidentes em universidades e institutos federais de ensino, pesquisa e extensão no Brasil, políticas educacionais devem ser adotadas de forma a conscientizar a comunidade acadêmica e a população em geral sobre o que é segurança e higiene do trabalho, bem como a sua importância e os seus resultados esperados. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo trazer reflexões de diferentes autores da área de Educação e Segurança do Trabalho com o intuito de evidenciar os diferentes pontos de vista sobre a educação para a segurança do trabalho diante do cenário de acidentes e mortes ocorridos em instituições educacionais públicas de nível superior.

2 – A CIÊNCIA DA SEGURANÇA DO TRABALHO

A segurança do trabalho é um conjunto de ações tomadas que visam reduzir a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Segundo Barsano e Barbosa (2018), a segurança do trabalho almeja proporcionar ao empregado e ao empregador um local de trabalho sadio e com condições de proporcionar realização pessoal.

Face a essa questão, as ações educativas que envolvem a difusão do conhecimento sobre essa temática é uma peça-chave para a promoção do bem de todos. De acordo com Zocchio (2002), os investimentos em ações educacionais são, além de um dever legal para o empregador, uma ferramenta capaz de gerar bons frutos para todos os envolvidos na atividade, como a empresa, os funcionários e a sociedade em si.

As universidades e institutos federais são atores essenciais para esse processo de formação intelectual. Saliba (2005) relaciona a segurança do trabalho com aspectos da higiene ocupacional e pontua a existência do higienista como profissional com formação universitária específica para tratar sobre aspectos de segurança, ou

seja, papel que pode ser bem desempenhado pelos trabalhadores e discentes das UFES e IFES.

Os professores de nível superior no Brasil, vinculados a instituições públicas de ensino, devem atuar de duas formas distintas. Primeiramente, como educadores e propagadores de conhecimentos sobre segurança do trabalho para o público em geral e secundamente como profissionais da área que atuam dentro dos limites dos mais diversos campos universitários. O Abril verde, importante mês dedicado à área de Segurança e Higiene do trabalho, é uma oportunidade de a comunidade científica promover não só palestras sobre o tema, mas sim organizar-se em meio a profissionais da área para ampliar o número de cursos de graduação com disciplinas de segurança em seus currículos, promover capacitações e estudos de caso nos próprios ambientes das universidades, como os laboratórios, assim como propor a participação de discentes e técnicos na realização de estudos específicos (análises de risco, gerenciamento de riscos, utilização de ferramentas da engenharia de segurança e proposição de soluções para os problemas), capazes de envolver a todos na busca pelo conhecimento e pela sua devida aplicação.

Considerando o ambiente universitário como um local a ser realizado estudos de segurança, podemos apontar os laboratórios como ambientes propícios para tal. Segundo Salvucci e Peres (2006), os laboratórios de ensino são espaços de atividades teóricas e práticas que impulsionam a pesquisa e a produção de materiais científicos, contribuindo para a sustentação do pilar pesquisa, ensino e extensão. Nesse sentido, Alexandrino *et al.* (2005) aponta a necessidade da tomada de atitudes com base em disposições legais trabalhistas por meio de uma fiscalização do trabalho através de pesquisas de condições laborais ainda não regulamentadas. Dessa forma, essa pesquisa poderia ser realizada, por exemplo, através de projetos de pesquisa em laboratórios das UFES e IFES.

Diante do exposto, observa-se que a ciência da segurança do trabalho desempenha um papel crucial na melhoria de condições de trabalho de uma forma geral. Destarte, as universidades e institutos federais podem se beneficiar de forma ampla de estudos voltados para essa área do conhecimento, principalmente quando utilizados em prol da comunidade acadêmica.

3 – A CULTURA DE SEGURANÇA - UFES/IFES

A cultura é considerada um importante aspecto na organização e influencia diretamente no comportamento de todos os envolvidos, interna e externamente. Segundo Fineman (1994), o entendimento sobre cultura tem ganhado notoriedade ao longo do tempo, quando a organização passou a não mais estar focada apenas em aspectos econômicos, mas sim na maneira como seus membros estão conectados emocionalmente.

As universidades e instituições federais de ensino no Brasil apresentam diferentes culturas em todas as regiões do Brasil. Apesar de suas diversidades, essas instituições se norteiam pelos três pilares da educação de nível superior: o ensino, a pesquisa e a extensão. Esses pilares apresentam influência direta nessas organizações e traduzem as suas missões, visões e valores no contexto acadêmico.

Conforme Guldenmund (2000), a cultura de segurança é conceituada como um conjunto de características imersas em uma cultura organizacional que influencia nas ações de seus integrantes. Segundo o autor, foram conduzidos elevados números de estudos sobre a questão da cultura de segurança. Nesse sentido, esses estudos possibilitam que as UFES e as IFES investiguem cada vez mais, seja em seus ambientes acadêmicos ou em parceria com outras organizações públicas e privadas, aspectos relacionados ao processo de formação da cultura organizacional, viabilizando-se o entendimento sobre a possibilidade de se promover modificações, no limite do possível, para ajustar e melhorar as suas concepções, inclusive quanto a questões que envolvem a segurança do trabalho.

A cultura de segurança evoluiu ao longo dos anos, permitindo uma progressiva disseminação de conhecimentos e práticas na área de segurança do trabalho. Entretanto, ainda existem muitos desafios para a sua efetiva implementação. Gonçalves Filho *et al.* (2011, p. 206) afirma que:

A abordagem integrada das questões de segurança do trabalho, ambiente e cultura representa na atualidade um grande desafio para melhorar os ambientes de trabalho e reduzir acidentes. Por outro lado, um sistema de produção, qualquer que seja ele, não é sustentável quando o ambiente em que os trabalhadores exercem suas atividades não é seguro e saudável, cause mortes, mutilações e doenças da força de trabalho.

Face ao exposto, um ambiente de trabalho sadio em que há uma cultura forte de segurança faz a diferença para o trabalhador, que desempenha suas atividades de forma segura e com mais satisfação. Com relação a essa problemática, as instituições federais de ensino superior podem desenvolver pesquisas e projetos que visem a investigação de como a cultura de segurança pode ser um diferencial no ambiente de trabalho, inclusive em suas próprias instalações, abarcando problemas, soluções e alternativas para a melhoria de suas atividades. Os docentes, discentes e técnicos administrativos podem contribuir com estudos qualitativos e quantitativos, por meio de entrevistas, questionários e demais meios de coleta de dados para, a princípio, buscar meios de se entender os panoramas atuais de cada ambiente para que, na sequência, possam propor resultados positivos para as universidades, institutos federais e demais ambientes organizacionais que vão além das fronteiras dos campos universitários. A concretização dessas metas e objetivos exigem comprometimento e trabalho árduo na busca, aos poucos, mas continuamente, pela evolução política, econômica e social voltada aos aspectos de segurança e higiene do trabalho.

4 – A SEGURANÇA DO TRABALHO - SERVIDORES E TERCEIRIZADOS

Os servidores e terceirizados das universidades e institutos federais no Brasil compõem a força de trabalho responsável pelo funcionamento dessas instituições. Para isso, é necessário que a estrutura organizacional seja bem definida. De acordo com Oliveira (1993), a estrutura organizacional é composta por responsabilidades, autoridades, interações e tomadas de decisão das unidades organizacionais do ambiente de trabalho.

Considerando essa situação, cada ambiente de uma instituição de ensino superior deve organizar o seu trabalho entre os seus servidores e colaboradores de maneira a promover o bom desempenho da organização. De acordo com Kwasnicka (2010), a organização não se apresenta de fácil entendimento quando a enxergamos como um todo e, por isso, surge a necessidade de se apresentar, por meio de gráficos, organogramas, quadros e tabelas, as relações entre os funcionários, os fluxos de autoridade e as responsabilidades funcionais da organização.

Em relação às UFES e IFES, cabe a Reitoria, juntamente com as respectivas Direções de Centro, organizarem o trabalho de todos os seus agentes públicos, sem relegar, de forma alguma, os normativos legais que dispõem sobre o trabalho de todos os membros da comunidade acadêmica. Dessa maneira, essas instituições apresentam servidores e colaboradores terceirizados como força de trabalho intermediária na concretização de suas atividades-fim: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os servidores das instituições de nível superior no Brasil são formados pelos docentes e técnicos administrativos. Nesse meio, surge a oportunidade de se promover a educação para a segurança do trabalho nesses ambientes, considerando os diversos riscos a que os servidores estão submetidos (físicos, químicos, biológicos e mecânicos). Segundo Barsano e Barbosa (2018), os acidentes acontecem quando os planos de prevenção não funcionam, principalmente em ambientes de alto risco. De acordo com os mesmos autores, más condições de trabalho podem ocasionar acidentes e doenças. Segundo Barsano e Barbosa (2018):

Todo ambiente de trabalho é composto por um conjunto de fatores interdependentes. Quando um desses fatores, ou um conjunto deles, foge ao controle - seja pelos níveis permitidos ou pelos processos que se desencadeiam - o ambiente de trabalho pode desenvolver as chamadas patologias do trabalho: acidentes do trabalho, doenças profissionais ou doenças do trabalho concretas.

Em relação aos colaboradores terceirizados das UFES e IFES, a terceirização corresponde a um processo de transferência de atribuições de baixa e média complexidade não mais acometidas, atualmente, a um servidor, a exemplo dos cargos de motoristas, telefonistas, porteiros e auxiliares de limpeza. Nesse contexto, as universidades e institutos federais devem dar uma atenção dobrada a esses servidores, por meio de ações de capacitação e projetos de melhoria de condições de trabalho, devido à grande exposição desses trabalhadores a situações de risco, bem como pela precariedade, muitas vezes, de seus vínculos empregatícios. Segundo Antunes e Druck (2015, p. 30):

Quando se analisa o plano da subjetividade dos trabalhadores, especialmente os terceirizados, manifesta-se uma condição de isolamento,

de falta de vínculos ou de inserção, onde a perspectiva de identidade coletiva se enfraquece, resultante da descartabilidade, da desvalorização e da discriminação a que estão submetidos, o que dificulta a solidariedade de classe, pela concorrência entre os próprios trabalhadores.

Considerando o exposto, observa-se a relação direta entre segurança do trabalho e os atores envolvidos nesse processo, sejam servidores ou terceirizados. Cabe às instituições federais de ensino atuarem diretamente na melhoria de seus serviços prestados, proporcionando melhores condições de trabalho, por meio de projetos, o que contribui para o bem-estar da organização e do trabalhador.

5 – AÇÕES GOVERNAMENTAIS EM SEGURANÇA DO TRABALHO

As universidades e institutos federais de ensino são autarquias vinculadas ao Ministério da Educação. Como entidades administrativas descentralizadas, essas instituições possuem autonomia e desempenham seu papel na sociedade de acordo com normas provenientes das mais diversas instituições governamentais e não governamentais, como o Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho, dentre outras. Para o fortalecimento e consequente aplicação da segurança do trabalho em ambientes acadêmicos, faz-se necessário a integração dos membros da comunidade docente, discente e técnica administrativa, juntamente com entidades que auxiliam nas orientações e efetivação de políticas de segurança. No entanto, existem desafios que impedem o avanço da atuação dessas entidades, como afirma Mattos e Másculo (2011, p. 29):

Essas instituições, se atuassem de forma integrada, poderiam desempenhar suas funções de forma mais eficiente, reduzindo custos, sem duplicação de esforços, possibilitando alcançar resultados mais satisfatórios para o trabalhador, a empresa, o governo e a sociedade em geral. Porém isso não ocorre pois, em geral, essas entidades atuam de forma isolada, com recursos humanos e materiais insuficientes e com uma capacidade de oferta de serviços muito aquém da demanda.

À vista disso, surge a necessidade de se pensar e preparar trabalhos que visem o preenchimento dessas lacunas e possibilite a plena execução das políticas de

segurança. Nesse contexto, as instituições de ensino de nível superior ganham espaço. Docentes, técnicos e discentes possuem os instrumentos necessários, como os laboratórios juntamente com o conhecimento científico já construído ao longo de anos de experiência, para desenvolverem grupos de estudo e pesquisa que visem entender a causa dessa falta de harmonia entre o governo e as organizações. Não são raros os projetos de pesquisa financiados pelas próprias instituições governamentais para a melhoria de seus serviços. Nesses projetos, residem possibilidades de contribuição para o desenvolvimento de ações passíveis de implementação nos mais diversos ambientes laborais, direito esse preconizado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 118):

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Destarte, as UFES e IFES no Brasil, como entidades integrantes do governo, têm o dever de se mobilizarem com o objetivo de alcançarem as devidas políticas de segurança do trabalho, haja vista que, como autarquias federais, essas instituições devem ser um modelo de práticas de segurança, espelho para as demais organizações do trabalho, principalmente para as empresas da iniciativa privada.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração deste trabalho, reflexões sobre diferentes autores da área foram mostradas de forma a se entender o papel da segurança do trabalho nos mais diversos ambientes organizacionais, principalmente as universidades federais e institutos federais de ensino superior no Brasil. A proposição de projetos para a elaboração de estudos práticos que almejem a construção de um ambiente seguro e propício para a atuação dos trabalhadores foram o foco deste estudo, considerando-se também as UFES e IFES como instituições capazes de realizarem ações voltadas para a conscientização da comunidade acadêmica e população geral sobre a importância da segurança do trabalho na vida do trabalhador e nas ações das demais organizações, públicas e privadas.

Por fim, uma boa proposta de continuação desses estudos seria o detalhamento para a elaboração de projetos com o apoio de docentes, técnicos e discentes, iniciativa capaz de concretizar uma melhora das unidades dos mais diversos campos universitários, bem como uma possibilidade de influenciar, pelo exemplo, um bom comportamento dos servidores, colaboradores terceirizados e alunos, com o apoio de políticas governamentais, na busca pelo aperfeiçoamento e devida aplicação da segurança do trabalho em todos os ambientes laborais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente; BARRETO, Gláucia. Curso de Direito do Trabalho. 7 ed. Niterói: Impetus, 2005.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. O Social em Questão, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015.

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Segurança do trabalho guia prático e didático. Saraiva Educação SA, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF. 1988.

FINEMAN, S. (ed.). Emotion in the organizations. London: SAGE, 1994.

GONÇALVES FILHO, Anastacio Pinto; ANDRADE, José Célio Silveira; MARINHO, Marcia Mara de Oliveira. Cultura e gestão da segurança no trabalho: uma proposta de modelo. Gestão & Produção, v. 18, p. 205-220, 2011.

GULDENMUND, F.W. The nature of safety culture: a review of theory and research. Safety Science, v.34, pp.193-214, 2000.

KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. 6. ed. 6 REIMP. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, Ubirajara; MÁSCULO, Francisco. Higiene segurança do trabalho. Elsevier Brasil, 2011.

SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPR: avaliação e controle dos riscos ambientais. São Paulo: LTR, 2005.

SALVUCCI, M.; PERES, M.R. Laboratório de ensino da faculdade de educação: iniciando o processo de implantação. Revista Teoria e Prática da Educação, v.9, n.1, p.127-135, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistema de informações gerenciais: estratégias, táticas operacionais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

ZOCCHIO, A. Prática de prevenção de acidentes: ABC da segurança de trabalho. São Paulo: Atlas, 2002.